

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.237.939 - GO (2018/0017148-8)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
AGRAVANTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : LEANDRO CÉSAR AZEVEDO MARTINS - GO026634
RENATA GONÇALVES COSTA E SILVA E OUTRO(S) -
GO033227
AGRAVADO : SIDNEY ANTONIO AGOSTINHO
ADVOGADOS : EMÉRSON JOSÉ DO COUTO - GO024155A
MURILO COUTO LACERDA E OUTRO(S) - GO028881
NATHALIA POLYANA COUTO LACERDA - GO047069
COUTO ADVOGADOS S.S. - GO000895

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL (CPC/2015). AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CÉDULA DE CRÉDITO RURAL. PLANO COLLOR I. REVISÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. CONTRATO FINDO. POSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. PRECEDENTES. PRESCRIÇÃO. NEGATIVA DE SEGUIMENTO AO RECURSO COM BASE NO ART. 1.030, I, "B", DO CPC. RECURSO CABÍVEL: AGRAVO INTERNO. ÍNDICE DE CORREÇÃO. MARÇO/1990 (41,28%). ACÓRDÃO EM SINTONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. TERMO INICIAL DA CORREÇÃO MONETÁRIA. FALTA DE INTERESSE RECURSAL. AGRAVO CONHECIDO EM PARTE PARA, DESDE LOGO, CONHECER EM PARTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo manejado por BANCO DO BRASIL SA em face da decisão que negou seguimento a recurso especial, interposto com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, assim resumido:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL EM AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CÉDULA PIGNORATÍCIA RURAL. IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO NÃO CONFIGURADA. PRAZO PRESCRICIONAL VINTENÁRIO. ATUALIZAÇÃO DO DÉBITO EM MARÇO DE 1990, SEGUNDO O ÍNDICE DO BTNF. APLICAÇÃO DE FATOR

Superior Tribunal de Justiça

DE ATUALIZAÇÃO MAIS GRAVOSO. DEVER DE REPETIÇÃO CARACTERIZADO. SENTENÇA MANTIDA.

1. O processo de conhecimento é a via técnica adequada para a tutela do direito creditício ora invocado, por meio do qual o autor poderá obter um resultado útil em sua esfera jurídica, bem assim se revela inequívoca a necessidade de intervenção do Poder Judiciário, porquanto não poderá exigir, por seus próprios meios, a devolução dos valores que entende terem sido pagos a maior, sendo forçoso concluir que o consumidor/autor detém pleno interesse processual e, portanto, não há que se falar em carência de ação ou impossibilidade jurídica do pedido.

2. A prescrição para a restituição/repetição de valores pagos indevidamente em virtude de contrato bancário segue os prazos previstos no artigo 177 do Código Civil de 1916 e no artigo 205 do Código Civil de 2002, respeitada a norma de transição do artigo 2.028 deste último diploma legal, e tem como termo de início de contagem o momento da lesão do direito.

3. Não há que se falar em aplicação de prazo prescricional de 5 (cinco) anos, previsto no artigo 27 do Código de Defesa do Consumidor, eis que inexistente suporte fático que atraia sua incidência ao caso, pois não se trata de acidente de consumo, isto é, de reparação de danos decorrentes em falha/vício na prestação do serviço bancário.

4. O fato que lastreia a causa de pedir é de março de 1990, portanto, anterior à vigência do Código de Defesa do Consumidor, daí não há lugar para se cogitar em sua incidência, sob pena de se admitir uma eficácia retroativa.

5. Segundo a jurisprudência do colendo Superior Tribunal de Justiça, nas cédulas de crédito rural com previsão de indexação monetária pelos índices da caderneta de poupança, o índice a ser aplicado, para o mês de março de 1990, é o BTNF, no percentual de 41,28%. Uma vez que a instituição bancária aplicou índice diverso (IPC, na razão de 84,32%), que se revelava mais gravoso, é devida a restituição dos valores pagos a maior.

6. **APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDA, MAS DESPROVIDA** (e-STJ fl. 589).

Nas razões do especial, o recorrente alegou que foram violados os arts. 3º, 267, VI, e 269, IV, do Código de Processo Civil; 6º, § 1º, da LICC (atual LINDB); 27 do Código de Defesa do Consumidor; 6º, e parágrafos, e 20 da Lei

Superior Tribunal de Justiça

nº 8.024/90; 6º da Lei nº 8.088/90; 4º, VI, e 9º da Lei nº 4.595/64; e 1º, §§ 1º e 2º, da Lei nº 6.899/81.

Asseverou não ser possível a revisão de contrato extinto.

Argumentou que a pretensão encontra-se prescrita, defendeu a aplicação do IPC no mês de março de 1990 e sustentou que a correção monetária deveria incidir a partir do ajuizamento da ação.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ fls. 641/649).

Inadmitido o apelo raro (e-STJ fls. 651/653), vieram os autos conclusos em decorrência da interposição do agravo de fls. 658/668 (e-STJ).

Impugnação às fls. 676/680 (e-STJ).

É o relatório.

Passo a decidir.

Inicialmente, registre-se que o recurso em análise foi interposto contra decisão publicada na vigência do Novo Código de Processo Civil, de forma que deve ser aplicado ao caso o entendimento firmado no Enunciado Administrativo n. 3 do Plenário do STJ, segundo o qual *"aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC"*.

O presente agravo deve ser conhecido em parte.

Com efeito, a questão relativa ao prazo prescricional foi decidida com suporte em recurso representativo de controvérsia (REsp 1.361.730/RS, Tema 919), razão pela qual, nesse ponto, foi negado seguimento ao recurso especial com base no art. 1.030, I, "b", do Código de Processo Civil. Por conseguinte, não há dúvida de que o recurso cabível, em tal caso, seria o agravo interno, nos termos do art. 1.030, § 2º, do Código de Processo Civil, de modo que o agravo em recurso especial não deve ser conhecido, no ponto.

Quanto à possibilidade de revisão de contratos extintos pelo pagamento, descabe falar em impossibilidade jurídica do pedido. Tal conclusão encontra-se em consonância com o entendimento desta Corte Superior, como

Superior Tribunal de Justiça

se verifica a seguir:

RECURSO ESPECIAL. COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. PARQUE RESIDENCIAL UMBU. REVISÃO DE CONTRATOS FINDOS. POSSIBILIDADE. DISTRATO À LUZ DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. RESOLUÇÃO EXTRAJUDICIAL DO NEGÓCIO COM ESTIPULAÇÃO DE CLÁUSULA DE DECAIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. NULIDADE DAS CLÁUSULAS ABUSIVAS.

1. A transação é espécie de negócio jurídico que objetiva por fim a uma celeuma obrigacional, alcançada por meio de concessões mútuas (CC, art. 840), cujo objetivo primordial é evitar o litígio ou colocar-lhe fim. A extinção se exterioriza na forma de renúncia a direito patrimonial de caráter privado, disponível, portanto, conforme previsto na lei.

2. É firme o entendimento do STJ quanto à possibilidade de revisão dos contratos findos, ainda que em decorrência de quitação, para o afastamento de eventuais ilegalidades. Precedentes. Súm 286 do STJ.

3. As normas previstas no Código de Defesa do Consumidor são de ordem pública e interesse social, cogentes e inderrogáveis pela vontade das partes.

4. É cabível a revisão de distrato de contrato de compra e venda de imóvel, ainda que consensual, em que, apesar de ter havido a quitação ampla, geral e irrevogável, se tenha constatado a existência de cláusula de decaimento (abusiva), prevendo a perda total ou substancial das prestações pagas pelo consumidor, em nítida afronta aos ditames do CDC e aos princípios da boa-fé objetiva e do equilíbrio contratual.

5. Na hipótese, verifica-se que a Construtora recebeu dupla vantagem advinda da referida cláusula, pois, além de retomar a propriedade do imóvel, dando-o em pagamento de dívidas ao Município, acabou por se apoderar do dinheiro pago pelo consumidor no financiamento do bem, configurando vantagem abusiva em seu favor.

6. Recurso especial não provido.

(REsp 1.412.662/RS, QUARTA TURMA, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, DJe 28/09/2016, grifo nosso).

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CÉDULA RURAL. REVISÃO DE CONTRATOS FINDOS. ADMISSIBILIDADE. PRESCRIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. PRAZO VINTENÁRIO. SÚMULA N. 83/STJ.

Superior Tribunal de Justiça

1. A possibilidade de revisão de contratos bancários prevista na Súmula n. 286/STJ estende-se a situações de extinção contratual decorrente de quitação.

2. Incide a prescrição vintenária do art. 177 do CC/1916 ou a decenal do art. 205 do CC/2002 nos casos de ações de repetição de indébito, respeitada a regra de transição prevista no art. 2.028 do atual Código.

3. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 32.822/RS, TERCEIRA TURMA, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, DJe 22/08/2013, grifo nosso).

No que se refere ao índice de correção monetária a ser aplicado na cédula de crédito rural, verifica-se que a Corte de origem se alinhou à orientação jurisprudencial pacífica do Superior Tribunal de Justiça, sendo o reajuste aplicável às Cédulas de Crédito Rural em março de 1990, o de 41,28%, pelo BTN.

A propósito, confirmam-se os seguintes precedentes:

AGRAVO REGIMENTAL. RE 591.797. SOBRESTAMENTO. NÃO CABIMENTO. AUSÊNCIA DE IDENTIDADE DE TEMAS. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. SÚMULA 83 DO STJ. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. O caso dos autos não guarda identidade com a temática discutida no RE 591.797, afastando a necessidade de seu sobrestamento.

2. Recurso, ademais, decidido segundo a orientação jurisprudencial desta Corte de que o índice de correção monetária aplicável às cédulas de crédito rural em março de 1990 é 41,28%.

Incidência da Súmula nº 83 do STJ.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 80.655/RS, TERCEIRA TURMA, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, DJe 16/04/2015)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. PEDIDO DE SUSPENSÃO DO PROCESSO. IMPOSSIBILIDADE. CONTRATO BANCÁRIO.

(...)

2. É possível a revisão dos contratos firmados com instituições financeiras, desde a origem, para afastar eventuais

Superior Tribunal de Justiça

ilegalidades, mesmo encontrando-se extintos pela quitação.

3. Aplica-se o BTN de 41,28% no mês de março de 1990, nas cédulas rurais cujo débito esteja vinculado aos índices da caderneta de poupança.

4. Agravo não provido.

(AgRg nos EDcl no REsp 1.428.280/RS, TERCEIRA TURMA, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, DJe 03/04/2014)

AGRAVO REGIMENTAL. DEMONSTRAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DO AGRAVANTE. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. NÃO PROVIDO. CÉDULA CRÉDITO RURAL. AFRONTA A DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. NÃO CABIMENTO. ART. 6º DA LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO. NÃO CABIMENTO EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATOS. POSSIBILIDADE. SÚMULA N.83/STJ. ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA EM MARÇO DE 1990. BTN F FIXADO EM 41,28%. REPETIÇÃO DO INDÉBITO. SIMPLES. SEM NECESSIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DE ERRO. SÚMULA N. 83/STJ. PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA. REGRA DE TRANSIÇÃO. DECENAL. ART. 205 DO NOVO CÓDIGO CIVIL. RECURSO NÃO PROVIDO.

(...)

5. É entendimento do STJ que o índice de correção incidente em março de 1990 é de 41,28% pelo BTNF.

6. O prazo prescricional nas ações de repetição de indébito é o vintenário pelo Código Civil de 1916, respeitada a regra de transição disposta no Código de 2002.

7. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 84.842/RS, TERCEIRA TURMA, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, DJe 01/07/2013)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CÉDULA DE CRÉDITO RURAL. PLANOS ECONÔMICOS. SOBRESTAMENTO. DESNECESSIDADE. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. DIFERENÇA DE EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. MARÇO DE 1990. BTNF.

(...)

2. Consoante pacífica jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, incide o BTNF de março de 1990 na atualização monetária do saldo devedor de cédulas de crédito rural.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no REsp 1.320.198/RS, QUARTA TURMA, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, DJe 27/09/2013)

Superior Tribunal de Justiça

Dessarte, a interpretação dada pelo Tribunal de origem está em harmonia com o entendimento ditado por esta Corte Superior, para a presente hipótese.

Por fim, constata-se a ausência de interesse em recorrer, no que tange ao termo inicial da correção monetária, uma vez que o aresto atacado assinalou:

Quanto ao termo inicial da correção monetária, convém salientar que o BANCO DO BRASIL S/A concordou com os cálculos periciais elaborados em ambos os processos (evento nº 03, p. 100/104, volume 02), sendo que o magistrado de origem determinou a atualização do débito a contar da data das perícias (evento nº 03, p. 230, volume 02) e, não, do ajuizamento da exordial, como afirma a instituição financeira apelante. Descabida e prejudicada, pois, a presente insurgência recursal (e-STJ fls. 605/606).

Nessa ordem de ideias, a manutenção do aresto recorrido é medida que se impõe.

Ante o exposto, conheço em parte do agravo para, desde logo, conhecer em parte do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator